

Anuário mostra que Brasil perdeu oportunidades na área de Segurança Pública

Queda acentuada dos índices criminais desde 2018 poderia ter ensinado algo ao país, mas desperdiçou-se tempo com outras discussões e a violência voltou a crescer no país

David Marques e Betina Warmling Barros
21 de outubro de 2020

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Nos primeiros seis meses do ano, as mortes violentas intencionais cresceram 7,1% no país

Na última segunda-feira, foi lançado o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020* produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A publicação trouxe dados nacionais e desagregados por Unidade Federativa referentes aos principais crimes que assolam a Segurança Pública brasileira, no que diz respeito ao primeiro semestre de 2020 e ao ano de 2019 e 2018. O Anuário também traz textos analíticos que refletem e interpretam parte das informações estatísticas que foram compiladas para a publicação. A edição completa, o infográfico e a tabela em formato excel com todos os dados desagregados podem ser acessados [aqui](#).

Em relação aos dados criminais referentes ao primeiro semestre de 2020, de pronto surgem algumas questões: as medidas sanitárias contribuíram com aumento da subnotificação de alguns crimes? A menor circulação de pessoas nas cidades reduziu as oportunidades para o cometimento de crimes? Ou ainda: a redução ou o crescimento em diversos indicadores criminais representa o aprofundamento de tendências já em curso e anteriores à 2020?

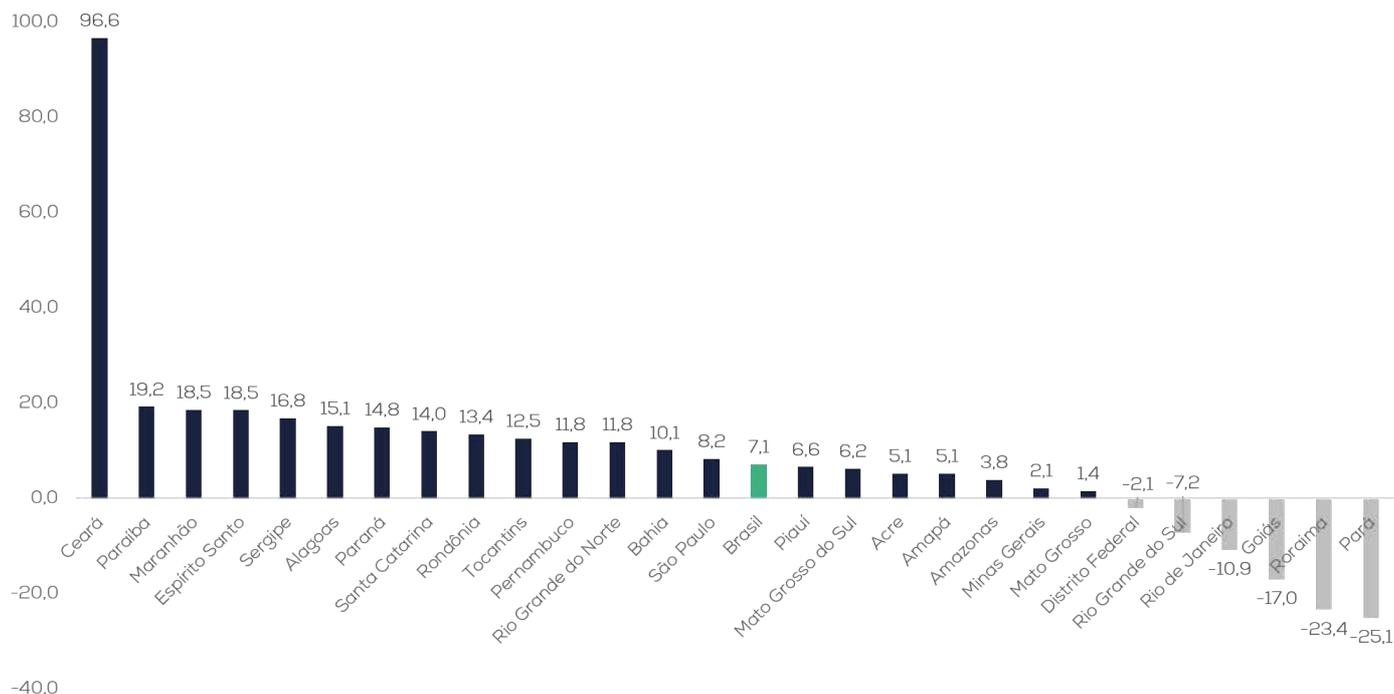
Neste momento ainda é difícil precisar o que é efeito das medidas de distanciamento social e o que não é. É importante, no entanto, um olhar mais atento a cada um dos principais indicadores criminais aqui reunidos e nos atentarmos para as especificidades de cada Unidade da Federação (UF) e Região.

Uma primeira conclusão possível é que, infelizmente, o Brasil perdeu, entre 2019 e 2020, uma grande oportunidade de transformar a tendência de redução das mortes violentas intencionais observada entre 2018 e meados de 2019 em algo permanente e que servisse de estímulo para salvar ainda mais vidas. Nos primeiros seis meses de 2020, as MVI's acumularam um crescimento de 7,1%, mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus. Foram 25.712 mortes no primeiro semestre de 2020 contra 24.012 no mesmo período de 2019. A bem da verdade, [os homicídios têm crescido no Brasil desde o último trimestre de 2019, o que caracteriza o 9º mês seguido de crescimento nas mortes violentas no Brasil](#). Em 2019, as MVI tiveram uma redução de 17,7% em relação a 2018, saindo de 57.574 em 2018 para 47.773 em 2019.

O maior crescimento do período mais recente foi verificado no Ceará, que quase viu dobrar o número de MVI no primeiro semestre de 2020, com um crescimento de 96,6%, muito acima do cenário verificado nos demais estados. O Ceará viveu uma crise de segurança pública no início de 2020, com a greve da Polícia Militar que durou 13 dias no mês de fevereiro. Essa crise teve impactos importantes nos indicadores da segurança pública estadual no primeiro semestre.

Além do Ceará, outros 13 estados apresentaram crescimento de mortes violentas intencionais acima da média nacional no primeiro semestre de 2020, enquanto sete estados apresentaram crescimento das MVI abaixo da média nacional, com percentual de crescimento entre 6,6% no Piauí a 1,4% em Mato Grosso. Apenas seis UF apresentaram redução no período, conforme indica o gráfico a seguir.

**Varição do número de vítimas de MVI
entre o 1o sem. de 2019 e 1o sem. de 2020 (em %)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A categoria Mortes Violentas Intencionais agrega as tipologias homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e mortes decorrentes de intervenção policial, representando o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida em determinado território.

Dentre estes tipos de violência, tiveram crescimento os homicídios dolosos (8,3%), que foram, no país, de 20.105 no primeiro semestre de 2019 para 21.764 em 2020, e as mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP), que foram de 3.002 nos primeiros seis meses de 2019 para 3.181 em 2020, um crescimento de 6%.

Entre 2018 e 2019, o número de homicídios dolosos havia recuado -19,5%, saindo de 49.153 vítimas em 2018 para 39.561 em 2019. Já o número de MDIP continua em tendência de crescimento: entre 2018 e 2019, o número de pessoas mortas por policiais cresceu 2,9%, indo de 6.175 em 2018 para 6.357 em 2019. A proporção de MDIP no total de MVI no Brasil chegou a 13,3%, isto é, de cada 100 mortes violentas intencionais no país em 2019, 13 foram cometidas por policiais. No Rio de Janeiro, essa proporção chegou a 30,3% no mesmo ano.

O número de vítimas de lesão corporal seguida de morte apresentou redução (-7,9%), de 407 em 2019 para 375 nos primeiros seis meses de 2020.

Neste mesmo período, é importante notar que o número de policiais civis e militares assassinados também cresceu, de 92 para 110, um crescimento de quase 20%. Os números de vítimas policiais já estão contidos dentre os demais tipos aqui analisados, como homicídio doloso e latrocínio. Vale ressaltar que não foi possível ter acesso ao número de policiais vitimados em Goiás no período analisado. É uma variação oposta à que se verificou entre 2018 e 2019, quando o número de policiais vitimados foi de 313 em 2018 para 172 em 2019, uma forte redução de -44,3% na taxa de mortes por mil policiais da ativa.

O número de vítimas de latrocínio teve redução (-13,6%) no período observado, saindo de 832 no primeiro semestre de 2019 para 719 no mesmo período de 2020, acompanhando a tendência de redução dos crimes patrimoniais. Contudo, é importante notar que os latrocínios já haviam apresentado redução de -20,2% na taxa de vítimas por 100 mil habitantes entre 2018 e 2019, com 1.961 vítimas em 2018 e 1.577 em 2019.

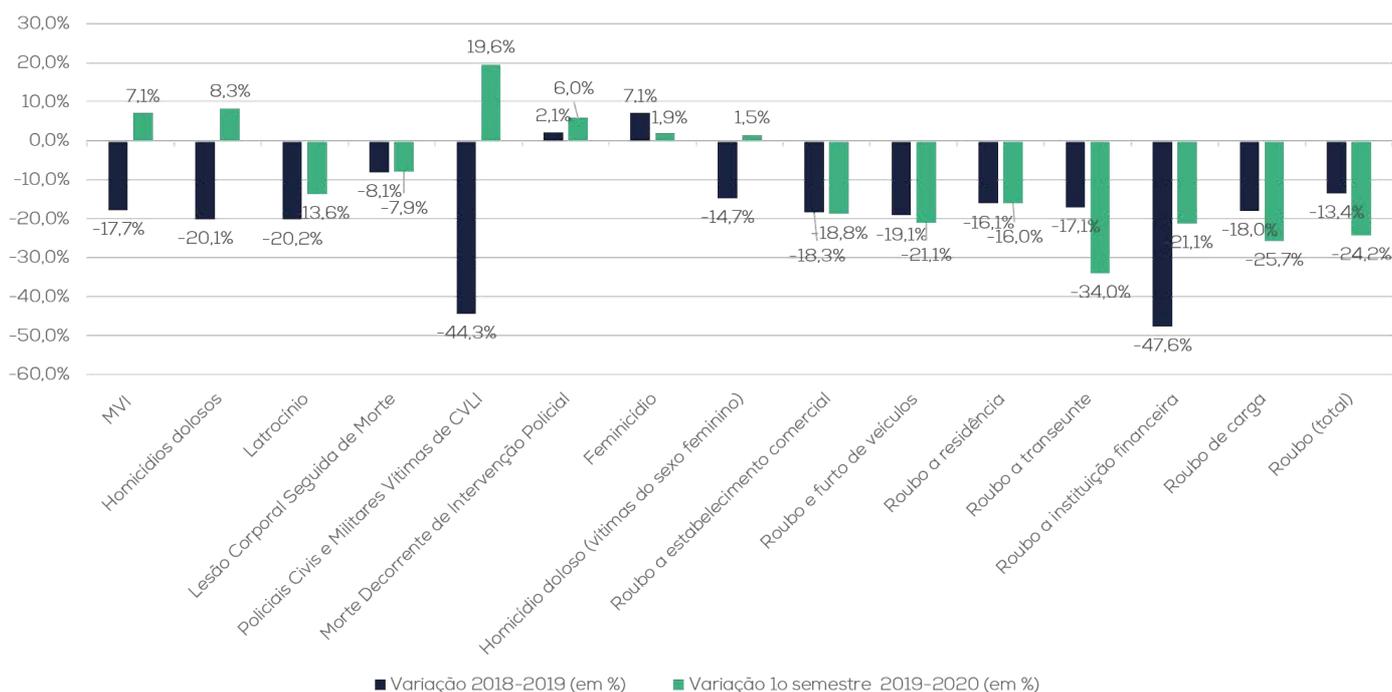
Os homicídios dolosos de mulheres e os feminicídios tiveram leve crescimento no primeiro semestre de 2020. Nos homicídios dolosos, as vítimas do sexo feminino foram de 1.834 para 1.861, um crescimento de 1,5%. Já as vítimas de feminicídio foram de 636 para 648, aumento de 1,9%.

Registros de roubos, incluindo todos os tipos, apresentaram redução de -24,2% no primeiro semestre de 2020 [1]. Entre 2018 e 2019, o total de registro de roubos também havia apresentado redução no país, saindo de 1,5 milhão de registros para 1,3 milhão em 2019, uma redução de -13,4% na taxa de roubos por 100 mil habitantes. Isto é, a tendência de queda se manteve, mas parece ter sido levemente intensificada em 2020.

É interessante notar que, em 2020, dentre os tipos de roubos analisados, a maior redução foi no roubo a transeunte, com queda de -34,0% nos registros. Outros tipos de roubos também apresentaram redução no primeiro semestre de 2020, como o roubo de carga, que recuou -25,7%, roubo a instituição financeira, com redução de -21,1%, roubo a estabelecimento comercial, com variação negativa de -18,8%, e roubo a residência, com redução de -16,0%.

Roubos e furtos de veículos também apresentaram redução no primeiro semestre de 2020, uma queda de -21,1%, saindo de 203.642 registros nos seis primeiros meses de 2019 para 160.768 em 2020. Entre 2018 e 2019, estes registros também apresentaram redução, da ordem de -19,1% na taxa por 100 mil veículos, saindo de 490.807 veículos roubados ou furtados em 2018 para 408.666 em 2019. O gráfico a seguir indica as variações dos tipos de crime de MVI e roubos, considerando os dois períodos analisados.

**Variação dos tipos de crime – MVI e Roubos
Brasil 2018-2019 e 1º semestre de 2019-2020**



Fonte: Elaboração própria com base em dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Em suma, no que tange os crimes patrimoniais, o primeiro semestre de 2020 parece ter mostrado a continuidade nas variações negativas anteriormente registradas em todos os indicadores observados. É possível que a maior variação negativa em 2020 para o

total de registros de roubos possa ter relação com as medidas de distanciamento social e fechamento de empresas e estabelecimentos comerciais. A redução do número de pessoas circulando nas cidades diariamente e o consequente confinamento em casa parecem explicar a intensidade da redução verificada nos crimes de roubo a transeunte, de comércios e transeuntes.

Assim, se, por um lado, a pandemia de Covid-19 não subverteu a ordem pública ou, tampouco, gerou caos social, os números trazidos na última edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* mostram, por outro lado, que uma reconfiguração do cenário criminal e da segurança pública está em curso e que ela ainda não está totalmente nítida. Mas, ainda assim, ela revela algumas pistas sobre o rumo das mudanças na cena do crime organizado e das respostas que as polícias têm dado à esta nova realidade.

Em um esforço de propor hipóteses analíticas a serem desenvolvidas em pesquisas futuras, seria possível indicar dois movimentos recentes na atuação das Polícias Federal e Rodoviária Federal com relação ao crime organizado e às facções criminosas que atuam no tráfico de drogas no país. O primeiro deles é a maior quantidade de apreensão de drogas e de volume de drogas apreendidas – sobretudo Maconha e Cocaína – por parte da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nos primeiros seis meses de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019.

O segundo movimento com potencial de impulsionar uma reordenação das dinâmicas dos grupos criminais, com destaque aqui para a atuação específica do Primeiro Comando da Capital (PCC), [é o recente direcionamento de parte da Polícia Federal no sentido de propor ações investigativas que atinjam, não apenas os recursos financeiros dessa organização, mas a estrutura que possibilita a utilização lícita dessas quantias.](#)

Portanto, é importante observar atentamente estes dois movimentos recentes para que seja possível compreender se, de fato, podem ser considerados pontos de inflexão na atuação das instituições federais com relação ao crime organizado, especialmente sobre os grupos de base prisional. É importante lembrar, contudo, que as mudanças significativas na cena do crime organizado e das facções criminosas possuem alto potencial para impactar as taxas de homicídio no país, conforme evidencia o contexto do amplo conflito entre facções criminosas no país em 2017. Desta forma, é fundamental que exista articulação e integração entre as instituições policiais em nível federal e estadual para que os fatores de risco sejam atenuados.

Com o objetivo de fortalecer as interpretações e discussões a respeito dos dados publicados no *Anuário*, nas próximas semanas, o *Fonte Segura* irá retomar algumas das análises realizadas, produzir novos elementos gráficos e dar destaque para grupos de dados específicos. Acompanhe!

[1] Este levantamento não possui dados da Bahia e Roraima.

<https://www.fontesegura.org.br/retrospectiva-2020/obvt4fefqq>

